

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tatiana Losano de Abreu ¹
José Mateus do Nascimento ²

RESUMO

A Economia Solidária (ES) pode ser entendida como uma proposta de organização do trabalho que caminha para uma mudança societal. Entretanto, ainda se tem a existência de concepções distintas de sociedade defendidas pelos grupos da ES, que ora se alinham aos preceitos do capitalismo, ora se posicionam contra. Esta realidade deve ser analisada à luz do contexto socioeconômico que influencia a existência desses grupos e da educação direcionada a eles. Encontra-se na literatura acadêmica pesquisas que diagnosticam demandas formativas sentidas pelos trabalhadores da ES, chegando a resultados relevantes para futuros estudos na área da educação e na Educação Profissional. Uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN), dirige o seu olhar aos projetos de ensino, pesquisa e extensão em ES desenvolvidos nos Institutos Federais (IFs). Os IFs são celeiro de incubadoras solidárias que fazem extensão com esses grupos. Essas práticas nos levam a refletir sobre a relação entre a Educação Profissional Tecnológica (EPT) e a ES em relação às demandas formativas sentidas pelos grupos de ES e o Movimento de ES como um todo. Assim, realizou-se uma análise teórico-reflexiva ancorada no Materialismo Histórico Dialético na perspectiva de compreender a realidade em sua materialidade concreta e levando em consideração o contexto histórico e socioeconômico que permeia a vida dos trabalhadores da ES. Desta reflexão percebeu-se que as demandas sentidas por eles são de uma Educação Profissional Tecnológica que promova o fortalecimento das iniciativas de ES; que os IFs são instituições que podem contribuir com a oferta de espaços formativos necessários para os que atuam no movimento social de empreendimentos solidários.

Palavras-chave: Educação Profissional Tecnológica. Economia Solidária. Demandas Formativas

INTRODUÇÃO

Podemos entender a Economia Solidária (ES) como uma proposta de desenvolvimento socioeconômico que se diferencia do Modo de Produção Capitalista (MPC) através da prática de valores e princípios diferenciados, como a autogestão, a cooperação, o respeito ao meio ambiente, a centralidade no ser humano e não no capital, assim como a valorização dos saberes dos territórios os quais os grupos produtivos estão inseridos. Para Singer (2002) a ES representa grupos produtivos que buscam uma forma diferente de trabalhar e viver. Principalmente no

¹ Mestre em Economia e Educação Profissional Tecnológica, Doutoranda em Educação Profissional pelo Programa de Pós Graduação em Educação Profissional – PPGEP/IFRN, bolsista Capes, professora no Instituto Federal da Paraíba – IFPB, campus Guarabira, tatiana.abreu@ifpb.edu.br;

² Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, professor do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional – PPGEP/IFRN e da Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, campus Natal Central, mateus.nascimento@ifrn.edu.br.

Brasil eles se inserem no contexto dos grupos historicamente excluídos da educação intelectualizada, afetados pelo processo de reestruturação produtiva e, por consequência, do mercado de trabalho capitalista moderno. Eles se consolidam durante a década de 1990 e a ES tornou-se política pública nos anos 2000, com destaque no surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003.

Na prática, esses trabalhadores organizam-se em grupo para produzir bens ou prestar serviços, formalizados ou não, estão vinculados a algum setor econômico (produção, serviços, comércio, finanças, etc.) e são chamados de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A busca por rendimentos financeiros está presente na vida dessas pessoas, pois precisam desse recurso para a sobrevivência. Propondo uma estrutura de organização do trabalho coletiva, participativa, sem hierarquias e que rompe, assim, com a noção de patrão/empregado, exploração/mais-valia, o cotidiano desses grupos produtivos é imerso em desafios, que se traduzem em demandas para as entidades de apoio que representam parte da rede de solidariedade que abraça a ES. Essas entidades são encontradas dentro das universidades (incubadoras universitárias, núcleos de extensão), dos Institutos Federais (Incubadores Tecnológicas, núcleos de extensão), Organizações sem fins lucrativos (ONG's) dentre outros ambientes institucionais potenciadores.

Destaca-se, dentre as entidades que apoiam os EES as incubadoras e núcleos de extensão vinculados aos Institutos Federais nas entidades de apoio ligadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), instituições que ofertam Educação Profissional Tecnológica (EPT) nas mais diversas regiões do Brasil, proporcionando educação para a classe trabalhadora. Este trabalho se propõe a refletir sobre as demandas formativas sentidas pelos grupos de ES e pelo Movimento de ES como um todo, em diálogo com o potencial formativo da EPT com vistas a elucidar acerca da contribuição da EPT pode fortalecer uma ES que se coloque em oposição ao ideário do capital.

Trata-se de uma análise teórico-reflexiva, que permeia uma reflexão maior desenvolvida em um trabalho de doutoramento ainda em andamento, ligado ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional (PPGEP), ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Esta análise ancora-se no Materialismo Histórico Dialético na perspectiva de compreender a realidade em sua materialidade concreta e levando em consideração o contexto histórico e socioeconômico que permeia a vida dos trabalhadores da ES.

Parte da pesquisa que se expõe aqui é resultado do encontro com autores que tratam de temas que tangenciam a reflexão proposta, como Pelissari e Nascimento (2020), Oliveira e Frigotto (2021), Gaiger e Kuyven (2020), Oliveira (2016), Souza (2013), Gadotti (2009) e

Singer (2002). Também buscou-se subsídios em alguns documentos, como aqueles que tratam das resoluções da I e II Conferência Nacional de Economia Solidária e o Projeto de Lei 4685/2012, que dispõe sobre a política nacional e economia solidária.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL: QUEM SÃO SEUS TRABALHADORES E QUAIS AS SUAS DEMANDAS FORMÁTICAS?

A Economia Solidária consiste em uma forma de ser e viver. Do ponto de vista econômico trata-se de grupos de trabalhadores que, de forma coletiva, autogestionária e a partir da socialização dos meios de produção, se vinculam aos mais diversos setores econômicos na busca de sustento financeiro das suas famílias. Do ponto de vista político são amparados por princípios próprios e contra hegemônicos que fundamentam uma outra sociedade, constituindo-se, portanto, por um movimento social reivindicatório, que possui instâncias de decisão política, como os fóruns regionais e o nacional, e se denomina como Movimento de Economia Solidária. Do ponto de vista cultural traz à tona outra forma de ser, de estar no mundo, colocando o ‘ser’ à frente do ‘ter’. São atores sociais coletivos, “cujas configurações não cabiam nos conceitos já estabelecidos e predeterminados pelas teorias vigente” (Oliveira, 2016, p. 65).

Sem desconsiderar as contradições encontradas no cotidiano de vida desses trabalhadores, mas ao mesmo tempo com um olhar materialista histórico dialético sob as dimensões da ES, corroboramos com a ideia bem elucidada por Oliveira (2016, p. 77):

ES trata, ainda, de unir essas diferentes formas de economia transformadora numa rede de Solidariedade: solidariedade com uma visão compartilhada, solidariedade com troca de valores, a solidariedade com os oprimidos. O que há de comum em todas essas denominações é que todas estão associadas a uma outra economia, articuladas como um projeto de sociedade que implica novos valores, acentuando o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo.

Segundo Gaiger e Kuyven (2020), com um olhar sobre a realidade brasileira, a década de 1990 consolida o termo ‘Economia Solidária’ para designar diversas experiências de trabalho baseadas na socialização dos meios de produção, à prática de regras de equidade e engajamento em movimentos sociais. Hoje, esse termo relaciona-se com um conjunto de organizações econômicas, além de entidades representativas, organismos da sociedade civil e ações de governo. Apesar da demarcação histórica, segundo os mesmos autores, já existiam organizações socioeconômicas datadas desde o final do século XIX, a exemplo de comunidades tradicionais, assim como empreendimentos que praticam a ES desde 1985 e até antes, visto que pode existir experiências antigas que foram revitalizadas e renovadas no decorrer do tempo.

Ainda procurando entender o processo de constituição da ES no Brasil, hoje como parte de um movimento estrutural, com características conjunturais, de uma determinada formação

social, precisamos destacar que o processo de reestruturação produtiva de capitais (do ponto de vista econômico) e ascensão do neoliberalismo (do ponto de vista ideológico) ocorrido massivamente após a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), ou seja, a partir da década de 1980 e na década seguinte demarca historicamente a conjuntura que influenciou a consolidação da ES no Brasil.

A reestruturação produtiva de capitais refere-se a metamorfose do processo de acumulação de capitais que se materializa na chamada de Acumulação Flexível. Trata-se da revolução informacional, microeletrônica e das novas tecnologias que passam a exigir um novo envolvimento do trabalho vivo na produção. O trabalhador precisa ser qualificado, participativo dentro do universo da empresa, polivalente e multifuncional, diferente do perfil requerido durante o fordismo e o taylorismo (Abramides; Cabral, 2003).

O fordismo e o taylorismo predominavam em grande parte da indústria capitalista, cujas características principais estão relacionadas a total separação entre execução e criação no processo produtivo e fragmentação das funções (Antunes, 1999), ou seja, organização do trabalho tipicamente alienadora. A acumulação flexível representa a modernização da alienação, um processo de reorganização das formas de dominação societal que, no plano ideológico, deu-se por meio do “culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (Antunes, 1999, p. 48). A ideia de “multifuncionalidade”, incorporada à noção do trabalho polivalente, na verdade, gera um trabalhador “pluriparcelar”, e o processo de alienação do trabalho se mantém e se intensifica, através da pressão por geração de mais-valia relativa, via inovação tecnológica, e de mais-valia absoluta, visto a ampliação do ritmo de trabalho.

A década de 1980 no Brasil é marcada, do ponto de vista socioeconômico, por um forte momento de retração econômica e início do processo de reconfiguração da produção para a acumulação flexível, tendo como consequências o aumento das fusões e aquisições de empresas, falências, queda da taxa média de lucro, aumento do exército industrial de reserva (maior desemprego), menor acesso da classe trabalhadora às políticas públicas e maior exclusão social. Esta realidade é considerada por vários autores como a base material que justifica o surgimento da ES no Brasil (Singer, 2002; Schiochet, 2009; Oliveira, 2016). Eles ainda consideram que a incompatibilidade do perfil dos trabalhadores que se inserem na ES e o requerido pela Acumulação Flexível justifica a exclusão no mercado de trabalho e conseqüente busca por outro meio de vida através do trabalho coletivo da ES.

Entretanto, Gaiger e Kuyven (2020, p. 07) atestam que:



Deve-se evitar uma abordagem meramente conjuntural da solidariedade popular, bem como explicações monocausais que tendem a padronizar suas manifestações pelo fato de refletirem um fator gerador, pretensamente comum. Conviria buscar antes entendê-la como um desdobramento de trajetórias humanas que predispueram determinadas categorias sociais ao agir coletivo, a despeito de circunstâncias que possam ter refreado ou estimulado tal conduta.

A postura dos autores relaciona-se ao fato da existência de uma multiplicidade de perfis que reflete as diversas trajetórias dos trabalhadores da ES. Esta análise é relevante, visto que nos ajuda a entender melhor o complexo fenômeno da ES no Brasil. Não excluindo o fator puramente econômico, mas ampliando ao campo de análise, a realização de um ambiente satisfatório para a ES foi fortemente influenciada pela incorporação dessas experiências no público a ser atingido pelas políticas públicas, especificamente a partir de 2003. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores da administração pública federal vê-se o arrefecimento das políticas neoliberais, substituídas pelo chamado estado neodesenvolvimentista, que no Brasil foi marcado pela retomada da atuação o Estado na economia, do estímulo às empresas nacionais em contraposição à tendência de monopolização de mercado por grandes impérios multinacionais, propondo-se a gerar crescimento econômico aliado a equidade social, atuando fortemente sobre a desigualdade social através de políticas compensatórias (Bresser Pereira, 2010).

Em 2003 surge, portanto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e com ela o repasse de recursos para a ES, o que podemos considerar como fator importante para a criação de um ambiente satisfatório para esses grupos, tornando possivelmente a relação custo/benefício satisfatória para esse movimento social. Tem-se, também o surgimento de incubadoras e outras entidades que intensificam as intervenções para o fortalecimento de um cenário de valorização da solidariedade, trabalho coletivo e autonomia. Além disso, os movimentos sociais engajam-se no levantamento da bandeira da ES como contraponto ao capitalismo. A politização do debate consolida a ES como um movimento social, extrapolando a esfera econômica, de geração de renda e trabalho, indo em direção a um contraponto ao modo de ser e viver no capitalismo, como explicado no início desta conversa.

Aqui é preciso lembrar que muitos dos trabalhadores da ES estavam vinculados ao mercado de trabalho capitalista quando ainda imperava o Fordismo/Toyotismo e a mudança no processo de acumulação de capital não se deu em nenhum país de forma homogênea, sendo possível encontrar até hoje exemplos de processos produtivos baseados na produção homogênea de larga escala, com pouco teor tecnológico e nenhuma contribuição intelectual do trabalhador. Isso posto e a partir da concepção que o trabalho é ontológico do ser humano, não

é difícil entender algumas características encontradas entre os trabalhadores da ES que buscam, no cotidiano, se distanciar das práticas exercidas quando se aventuram a trabalhar para o capital.

O engajamento para a tomada de decisões e a efetiva prática da corresponsabilidade se torna um exercício ainda mais desafiador para aquele indivíduo antes vinculado ao modo de trabalho Toyotista/Taylorista. A menor desenvoltura para o manejo de meios eletrônicos e para o manuseio de instrumentos tecnológicos de comunicação, divulgação e até mesmo de gestão marcam uma parcela significativa de trabalhadores que nem chegaram a ser incorporados na produção flexível ou não conseguiram acompanhar as novas demandas trazidas pela reestruturação de capitais. Deste modo, a heterogeneidade da ES é evidente não só em relação aos setores produtivos vinculados, ao histórico de vida e ancestralidade, mas grau de escolaridade, formação técnica e política. Podemos entender que não é possível a aplicabilidade de propostas formativas padronizadas e engessadas, e a educação formal pode não ser suficiente para sanar as demandas de formação.

Para Pelissari e Nascimento (2020, p. 462), é preciso considerar as contradições ligadas a formação técnica deste público, quando é necessária para a sustentabilidade do empreendimento no que tange a gestão e a questões externas ligadas ao mercado. Entretanto, eles identificaram em seus estudos que, na busca por qualificação profissional os trabalhadores da ES “muitas vezes acabam se matriculando em instituições de ensino que não compartilham da visão de mercado e de sociedade proposta teórica e politicamente pela economia solidária”.

Para Gadotti (2009) é importante uma educação destinada a qualificação social e profissional para evitar a dispersão neste campo da ES onde a diversidade é evidente. Seguindo esse raciocínio nos remetemos às diretrizes políticas metodológicas para a educação em ES, em específico a recomendação n.º. 08, de 04 de julho de 2012, publicado pela SENAES, a partir do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com vistas a orientar os planos, programas e ações de formação e assessoria técnica em ES. Nessas diretrizes é enfatizada a importância de processos educativos para esse público, que possam ser integrados a oportunidades de elevação de escolaridade e formação cidadã, visto que “Em geral, a grande maioria dos empreendimentos enfrenta dificuldades para tocar os seus próprios negócios e não possuem os conhecimentos adequados à viabilidade econômica e associativa das atividades que realizam” (MTE, 2012, p. 04)

Neste documento é resgata as deliberações da II Conferência Nacional de Economia Solidária – CNES. Destaca-se a resolução 74:

Resolução 74: A economia solidária reconhece **o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos** e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na



perspectiva **emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade**. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção. (MTE, 2012, p. 05, grifo nosso)

Na verdade, na I Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em 2006, foi afirmada a exigência de fomento de uma Educação Solidária, que possibilite a transformação da mentalidade cultural dominante de competição para a construção da cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário (Brasil, 2006).

O artigo 9º do Projeto de Lei 4685/2012, que trata dos eixos de ação ligados à Política Nacional de Economia Solidária enfatiza, além da importância da elevação de escolaridade, a formação para cidadania e práticas da autogestão, é preciso o acesso a qualificação técnica e tecnológica, necessidade enfatizada também pelo CNAES no Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária. No mesmo documento ainda coloca-se a necessidade de incentivar o “desenvolvimento e disseminação de inovações tecnológicas sociais apropriadas às demandas dos empreendimentos econômicos solidários” (Brasil, 2015, p. 32)

Oliveira (2016) com base nesses documentos, entende-se que os trabalhadores da ES precisam ter acesso a uma educação crítica, capaz de transformar a mentalidade cultural dominante de competição para a construção de espírito de cooperação, aliada ao desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica comprometida com a sustentabilidade e solidariedade. E completa:

Percebemos que o nexo entre Trabalho, educação e desenvolvimento, no âmbito das Políticas Públicas de Qualificação, pressupõe a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um **pensamento emancipatório de inclusão**, tendo o **trabalho como princípio educativo**, o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania, a **qualificação como uma política de inclusão social** e um suporte indispensável à sustentabilidade e à associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento, possibilitando, assim, a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população. (Oliveira, 2016, p. 104-105, grifo nosso)

Assim, os documentos referenciados aqui apontam para a direção da necessidade de fomento de uma Educação Profissional para os trabalhadores da ES de cunho emancipatório. A depender do governo e de sua ideologia, tais empreendimentos serão ou não motivados, apoiados financeiramente. O fortalecimento da ES no Brasil depende de uma ação política que reconheça a prática econômica alternativa.

UMA EDUCAÇÃO DE CUNHO EMANCIPATÓRIO: ONDE ENCONTRAR?

Acreditamos que a EPT é a que se aproxima das demandas formativas concretas dos grupos de ES, por ser modalidade educativa com potencial de se alinhar do ponto de vista epistemológico, político e ético com os princípios da ES.

A Educação Profissional faz parte da história de muitas famílias da classe trabalhadora no Brasil que, desde os anos de 1990 tem sido a modalidade da educação alternativa para a formação dos trabalhadores. As Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA), como eram chamadas, constituem a gênese dos Ifs no atendimento a formação da classe trabalhadora, se consolidam como Instituto de fomento de educação, ciência e tecnologia a partir dos anos 2000. Neste interim, é possível acompanhar a metamorfose no chamado EPT, o que tange os arcabouços conceituais e ideológicos que permeiam a oferta dessa modalidade da educação.

Assim como tem-se o condicionante histórico para a consolidação da ES no Brasil, esse mesmo condicionante, marcado pela desigualdade e exclusão, motiva pesquisadores no campo da educação e do trabalho a repensar e sinalizar a organização da EPT em uma perspectiva emancipatória. Nas palavras de Oliveira e Frigotto (2021, p. 14): “as origens da EPT no campo do Materialismo histórico se contrapõe aos preceitos neoliberais (concorrência versus solidariedade, unilateralidade versus omnilateralidade) e como tal contraposição é importante para a superação das desigualdades sociais e da exploração da classe trabalhadora”.

Pensar a EPT principalmente na atualidade, requer considerá-la como integrante de um projeto educacional para o país que, ao nosso ver, precisa estar alinhado aos interesses da classe trabalhadora. Nas palavras de Souza (2013, p. 387): “a perspectiva das camadas trabalhadoras populares, sempre em condição de subalternidade na relação social, que deve guiar a nossa reflexão e nossa contribuição acadêmica, sendo o pano de fundo dos nossos intentos, das nossas investidas”.

Para Oliveira e Frigotto (2021) a base da EPT pode ser mais bem compreendida a partir de três dimensões: a ontológica, a epistemológica e a da práxis. O aspecto ontológico relaciona-se com a radicalização do entendimento que o homem se produz e reproduz por meio do trabalho, sendo este uma atividade vital, independente da forma social que esse trabalho assume em dado modo de produção. A partir dessa compreensão podemos entender o trabalho também como um princípio educativo para a classe que vive dele, constituindo a dimensão epistemológica da EPT, visto que se aprende na prática, se desenvolve técnicas e tecnologia a partir do trabalho e reflete-se criticamente sobre o fazer a luz da teoria.

Posto isso, é importante lembrarmos que o trabalho assume formas diferentes, condicionadas pelas relações sociais que se estabelecem no âmbito da superestrutura do modo de produção específico. Ao assumir a forma de emprego no Modo de Produção Capitalista (MPC), perde-se por essência o seu caráter pedagógico, visto que se torna alienado. O trabalhador não participa do processo criativo de fomento das condições materiais da própria vida, assim como não se percebe enquanto gerador da riqueza criada no processo produtivo. Assim, torna-se ainda mais relevante uma proposta educacional compatível com as necessidades da classe trabalhadora e que, ao atuar no combate à alienação do trabalho, possibilite o restabelecimento do caráter pedagógico do trabalho.

Ainda segundo Oliveira e Frigotto (2021) a educação subversiva, tratada aqui, precisa ser pautada em uma base praxica, ou seja, conciliar teoria e prática, formação geral com a científica e acadêmica, fomentar a formação para o trabalho socialmente útil, caminhando assim para a superação da dualidade que marca a história da educação da classe trabalhadora, visto que há a necessidade de superação do academicismo (educação unicamente como verniz cultural) quanto do tecnicismo aligeirado (educação reduzida a treinamento), ou seja, trata-se de uma concepção que considera o ser humano em sua totalidade e que seja comprometida com a vida, ideia alinhada com o modo de ser da ES.

Assim, podemos considerar que, enquanto a ES constitui-se como uma forma alternativa de produção e de vida, que vai de encontro aos paradigmas do sistema produtivo vigente, a EPT dialoga com essa proposta de desenvolvimento socioeconômico ao se propor possibilitar uma educação de caráter humanístico, técnico e tecnológico que caminha junto aos princípios da ES. Para Pelissari e Nascimento (2020), a perspectiva político-pedagógica mobilizada pela Rede Federal de Educação Profissional Científica Tecnológica (RFEPC), com destaque no potencial do modelo de educação politécnica com formação humana integral, perspectiva defendida pelos IF, dialoga com a satisfação das demandas dos empreendimentos e corrobora com o projeto de ES crítica e transformadora. Nas palavras deles:

Observamos que o modelo educativo dos IFs se relaciona com o projeto de sociedade da economia solidária, sobretudo a partir da proposição de uma educação politécnica e integral do ser humano, fundada no trabalho como princípio educativo. Os eixos que caracterizam essa proposta possibilitam pensar as ações políticas, econômicas, sociais e formativas daquele movimento em termos de articulação entre teoria e prática. (Pelissari; Nascimento, 2020, p. 463).

Na mesma perspectiva, Lima Filho (2023, p. 46) explica que:

A tarefa da educação científica, tecnológica e profissional, comprometida com a formação humana integral, é formar sujeitos dotados de plenos conhecimentos da ciência, da tecnologia, da arte, com autonomia, capacidade de reflexão e com disposição para a crítica e transformação social. A meu ver, este é o desafio que os



Institutos Federais devem incansavelmente perseguir e eles estão firmemente conectados com o combate à exclusão social e a produção de uma ciência e uma tecnologia socialmente inclusivas. Esta é a tarefa da escola pública: desenvolver uma concepção crítica da realidade e ativa ante ela, que permita a todos e a cada um, não somente sobreviver, mas viver, construir e transformar.

As palavras de Lima Filho evidenciam, portanto, o desafio dos IFs enquanto instituição ‘carro chefe’ do projeto de EPT defendido aqui e que se alinha ao perfil e os princípios da ES: proporcionar uma educação que, de fato, possibilite a emancipação das pessoas envolvidas nas práticas colaborativas de autogestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos encontrar uma relação íntima entre a ES e a EPT. A EPT constitui-se, a partir do exposto, como um dos caminhos para a superação da lógica neoliberal, diante do seu potencial de rompimento da pedagogia do capital. Entretanto, assim como na ES podemos encontrar posturas ideológicas dicotômicas que, ao nosso ver, mostra o desafio do pensar e agir diferente dentro da estrutura do capital e fortalece a importância de se colocar em prática o princípio da formação permanente.

Não podemos deixar de considerar a EPT como um terreno de conflitos, no qual a classe trabalhadora precisa disputar por uma efetiva Educação Profissional Tecnológica de caráter emancipatório e que o MES precisa disputar por uma Formação Profissional capaz de fortalecer as bases para ampliar as iniciativas de ES em nosso país.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, p. 3–10, mar. 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/spp/a/P87NC7ZMqpyngR9t3gBG8yh/>> Acesso em: 25 set. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária. **1º Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável (2015 – 2019)**. Disponível em < <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/983>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Textos para discussão**, n. 274. São Paulo: FGV-EESP, 2010. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.01.Do_velho_novo_desenvolvimentismo.CF.pdf Acesso em: 22 jul. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luis Inácio.; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. e3510304, 21 fev. 2020.

LIMA FILHO, Domingos Leite. A inter-relação trabalho, tecnologia, ciência e cultura como base para a formação integral na Educação Profissional e Tecnológica. In: LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação Profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas: vol. 2**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 25-48. Disponível em: <https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/397/3921/7057> Acesso em: 11 ago. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012. **Diretrizes políticas metodológicas para educação em economia solidária**. 2012. Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%208%20WEB.pdf>> Acesso em: 18 set. 2023.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT e sua relação com a sociedade brasileira: **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, p. 13–27, 2021. Disponível em: <<http://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/article/view/221>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

OLIVEIRA, Alysson André Régis de; **As práticas socioeducativas nos empreendimentos econômicos solidários da cidade de João Pessoa, PB: sentidos e significados sob a perspectiva da formação humana para a emancipação**. 2016. 252f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PELLISSARI, Lucas Barbosa; NASCIMENTO, Maria Luiza Freitas Marques do. Educação Profissional e economia solidária: Um olhar a partir dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 2, p. 442–472, 16 dez. 2020.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. **IEPA - mercado de trabalho**, nº 40, 2009
SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. Formação inicial e continuada de professores para a Educação Profissional: a política e a produção do conhecimento para a emancipação. MOURA, D. H.(Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em Educação Profissional**. 1. ed. Campinas/SP: Mercado de Letras, p. 385-407, 2013.